



EMPODERAMENTO JURÍDICO ALÉM DAS FRONTEIRAS

Um kit de ferramentas
para construir poder
e cuidados junto a
mulheres afetadas
pelo encarceramento



“

O fato de o programa ter passado de um trabalho técnico/analítico para um intercâmbio profundamente pessoal e delicado criou muita confiança e um senso de comunidade.

Nunca imaginei que estaríamos escrevendo e lendo cartas de amor para nós mesmos, que estaríamos tão emocionados e expressando tanto cuidado uns com os outros. Acho que isso acontece quando reunimos líderes em uma sala, porque somos pessoas fortes e que estão constantemente presentes e disponíveis para os outros. Precisamos de lugares acolhedores para nos servir de apoio e nos quais possamos nos abrir, e esse aspecto, nessa reunião, foi lindo e necessário. Nós nos relacionamos uns com os outros nesse nível, juntamente com nosso trabalho de organização: a necessidade de esperança, nosso valor político de colocar no centro as comunidades mais marginalizadas e impactadas, nossa crença na autodeterminação e na construção de poder (e não resgate, caridade etc.) e conexões muito específicas, tais como o Brasil modelando sua nova prisão a partir das instalações dos EUA, o que foi corretamente chamado de dinâmica colonial.

”

PARTICIPANTE DA REUNIÃO LE ACROSS BORDERS (EMPODERAMENTO JURÍDICO ALÉM DAS FRONTEIRAS) | PANAMÁ, JUNHO DE 2025.

CONTENTS

I. Um breve resumo
1

II. Contexto e empoderamento jurídico
2

III. Estratégias-chave
4

IV. Impactos
13

V. O poder do intercâmbio transfronteiriço
16

VI. Olhando para o futuro — aplicando o empoderamento jurídico em novos espaços
20

Apêndice - Organizações parceiras
21

I. UM BREVE RESUMO

De dezembro de 2024 a outubro de 2025, o Fundo de Empoderamento Jurídico reuniu uma poderosa rede de profissionais de base liderados por mulheres e centrados na justiça, provenientes do Brasil, México e Estados Unidos, que utilizam o empoderamento jurídico para promover os direitos de mulheres e meninas encarceradas e ex-encarceradas e suas famílias. O projeto Empoderamento Jurídico Além das Fronteiras reuniu doze organizações — muitas delas lideradas por ex-encarceradas — que receberam fundos irrestritos e se reuniram virtualmente e pessoalmente para compartilhar a forma como utilizam o empoderamento jurídico para desencarcerar suas comunidades e construir redes focadas no cuidado e no bem-estar.

Por meio de sessões individuais com cada beneficiária, três sessões virtuais com todas as organizações parceiras e um encontro de uma semana coprojetado e cofacilitado pelas beneficiárias parceiras, os participantes discutiram estratégias de empoderamento jurídico além das fronteiras e fizeram um apelo à solidariedade que transcenda as paredes da prisão.

O coletivo se uniu em torno de oito estratégias:



As conclusões de um ano de colaboração estão refletidas neste kit de ferramentas e tornam visíveis as possibilidades transformadoras que advêm da transferência de poder, conhecimento e recursos para as comunidades diretamente afetadas, para que estas possam conhecer, utilizar e moldar a lei. O kit de ferramentas está organizado em seis partes: a primeira seção fornece um breve contexto sobre a situação devastadora do encarceramento de mulheres em todo o mundo, seguido de uma noção fundamental sobre o empoderamento jurídico e o poder dessa abordagem para catalisar mudanças sistêmicas de dentro para fora. A terceira seção oferece um perfil das doze organizações selecionadas para participar do projeto, e a quarta seção descreve as oito estratégias de empoderamento jurídico utilizadas pelos profissionais da rede para promover a descarcerização e construir comunidades de cuidado. Essas estratégias interconectadas fortalecem o poder da comunidade, ampliam o acesso à justiça e desafiam as condições estruturais que criminalizam mulheres, meninas, pessoas LGBTQ+ e suas famílias. O kit de ferramentas destaca ainda os impactos obtidos pelas organizações por meio do empoderamento jurídico e ressalta o poder do intercâmbio transfronteiriço, das práticas informadas por traumas e do empoderamento jurídico de base. O kit de ferramentas termina com um apelo para uma maior visibilidade e recursos para as organizações de justiça que se dedicam ao empoderamento jurídico, particularmente aquelas lideradas por mulheres afetadas pelo sistema jurídico penal.

II. CONTEXTO E EMPODERAMENTO JURÍDICO

Em todo o mundo, as mulheres estão sendo encarceradas a índices alarmantes. Desde o ano 2000, o número de mulheres e meninas em prisões a nível global cresceu quase 60%, um crescimento quase três vezes mais rápido do que o índice dos homens.¹ Hoje, mais de 740.000 mulheres estão encarceradas em todo o mundo, com os Estados Unidos respondendo por quase 30% desse total, apesar de apenas 4% das mulheres e meninas do mundo viverem nesse país.² A maioria das mulheres é presa por infrações/crimes de menor gravidade ou relacionados à pobreza — como posse de drogas em pequena escala, furto em lojas ou trabalho sexual —, muitas vezes ligados à insegurança econômica e à desigualdade sistêmica.

Esse aumento no encarceramento tem origem em profundas injustiças sociais e estruturais. Muitas das mulheres que estão atrás das grades são sobreviventes de violência doméstica e sexual, têm acesso limitado à educação ou ao emprego e enfrentam desafios de saúde mental não tratados. Uma vez encarceradas, elas enfrentam condições desumanizadoras e de falta de segurança. As pesquisas mostram que mais da metade dessas mulheres sofre violência física ou sexual enquanto está presa.

Após a libertação, as barreiras continuam: as mulheres são frequentemente privadas do direito de voto, excluídas do mercado de trabalho formal, além de não conseguirem garantir uma habitação estável e serem estigmatizadas pela sociedade e, por vezes, por suas próprias famílias. Com acesso inadequado a habitação, serviços de cuidado infantil e emprego, muitas enfrentam dificuldade para reconstruir suas vidas — perpetuando ciclos de pobreza, encarceramento e trauma que se estendem por várias gerações.³

O empoderamento jurídico oferece uma mudança de paradigma. A abordagem democratiza a lei, ao unificar o poder da lei e criar um senso de organização para garantir que as pessoas e suas comunidades tenham as ferramentas necessárias para compreender, usar, moldar e transformar os sistemas que governam suas vidas. O empoderamento jurídico baseia-se no princípio de que todos têm o direito de participar de forma significativa na luta pela justiça, e coloca no centro da questão o conhecimento, as vozes e a liderança das comunidades afetadas, com o objetivo de construir ecossistemas de justiça que sejam inclusivos, responsáveis e resilientes. Esse movimento global tem raízes profundas nas lutas pela libertação em todo o mundo — desde a luta contra o apartheid na África do Sul até os tribunais populares nas Filipinas — e, como evidenciado por esta rede, ele serve como uma ferramenta poderosa quando exercido por mulheres afetadas pelo sistema carcerário.

O projeto Empoderamento Jurídico Além das Fronteiras mostra que, quando mulheres encarceradas e ex-encarceradas têm as ferramentas e os recursos jurídicos para derrubar barreiras, é possível alcançar a transformação real. As mulheres são capazes de afirmar seus direitos durante e após o encarceramento, bem como manter redes de cuidados familiares e comunitárias, promover a mobilidade econômica e trabalhar para desencarcerar as comunidades de dentro para fora. Investir em organizações de empoderamento jurídico lideradas por mulheres ex-presidiárias não é apenas uma estratégia para a descarcerização, mas também fortalece redes de cuidados e solidariedade que restauram a dignidade, a segurança e o sentimento de pertencimento. Por meio do empoderamento jurídico, essas líderes estão desencarcerando de dentro para fora, derrubando sistemas prejudiciais e construindo caminhos para a liberdade, cura e cuidado coletivo.

1 World Prison Brief, World Female Imprisonment List (Lista mundial de encarceramento feminino), (outubro de 2022) https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf

2 Prison Policy Initiative (Iniciativa de Política Prisional), States of Women's Incarceration: The Global Context 2025 (Situações do encarceramento feminino: o contexto global 2025), (setembro de 2025) https://www.prisonpolicy.org/global/women/2025.html?utm_source=chatgpt.com

3 *Id.*

II. CONTEXTO E EMPODERAMENTO JURÍDICO

Organizações parceiras

Ao longo da duração do projeto, uma notável coalizão de representantes das doze organizações de base orientadas para a justiça e lideradas por mulheres construiu uma comunidade e compartilhou aprendizados e experiências provenientes de seu trabalho.



Associação de
Familiares e Amigos de
Presos de Rondônia
(AFAPARO)



California Coalition
for Women Prisoners
(Coalizão da Califórnia
para Mulheres Presas)
(CCWP)



Centro de Atención
a la Mujer Trabajadora
de Chihuahua
(CAMT)



Centro de Estudios y
Acción por la Justicia
(Centro de Atenção
à Mulher Trabalhadora
de Chihuahua)
(CEA Justicia Social)



Defying Legal Gravity
(Desafiando a
Gravidade Legal)
(DLG)



Homegirlz
del Corazón
(Homegirlz)



Interculturalidad, Salud y
Derechos, Asociación Civil
(Interculturalidade,
Saúde e Direitos,
Associação Civil)
(INSADE)



Jailhouse
Lawyer Initiative
(Iniciativa dos
Advogados Prisionais)
(JLI)



Assessoria Popular
Maria Felipa
(Maria Felipa)



Resistance,
Involvement, Solidarity,
and Empowerment
Collective (Coletivo
Resistência, Envolvimento,
Solidariedade e
Empoderamento)
(RISE)



THEMIS
Gênero Justiça e
Direitos Humanos
(THEMIS)

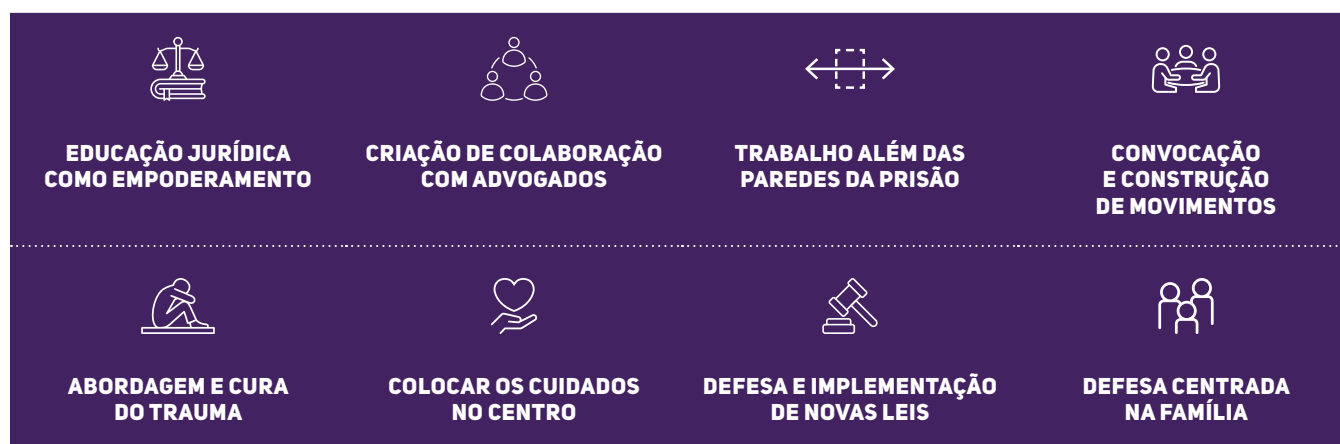


Women
Who Never Give Up
(Mulheres que
nunca desistem)
(WWNG-Up)

Essas organizações adotam uma forte perspectiva feminista em seu trabalho e se envolvem em uma série de atividades e programas que colocam a liderança das pessoas diretamente impactadas no centro, além de fortalecer o poder coletivo. Uma visão geral das organizações, seus objetivos e valores, bem como exemplos de seu trabalho de empoderamento jurídico, pode ser encontrada no apêndice.

III. ESTRATÉGIAS-CHAVE

Em toda a coorte, as organizações empregam um conjunto de estratégias interligadas que fortalecem o poder da comunidade, ampliam o acesso à justiça e desafiam as condições estruturais que criminalizam mulheres, meninas, pessoas LGBTQ+ e suas famílias. Essas estratégias operam em vários níveis — individual, das relações, comunitário e sistêmico — refletindo as realidades vividas por aqueles mais afetados pelo encarceramento e pela violência do Estado. Juntas, elas demonstram como o empoderamento jurídico não é uma intervenção isolada, mas um ecossistema de práticas que tornam a lei algo que pode ser utilizado, restauram a autonomia e constroem caminhos para a segurança e a libertação. **As oito estratégias identificadas são:**



A seção a seguir descreve as principais estratégias utilizadas por toda a coorte, destacando como cada abordagem contribui para mudanças jurídicas, sociais e políticas duradouras. Cada estratégia inclui exemplos das organizações.



EDUCAÇÃO JURÍDICA COMO EMPODERAMENTO

Quando a educação jurídica é vista como um caminho para o empoderamento, ela garante que as pessoas possam aproveitar os sistemas jurídicos para atender às suas necessidades e proteger seus direitos. Baseada nos princípios da educação dos povos, essa abordagem traduz conceitos jurídicos em estratégias acessíveis e práticas para a autodefesa e a ação coletiva. A educação jurídica como empoderamento ajuda as pessoas a reconhecer injustiças, navegar pelos sistemas jurídicos e construir confiança em sua capacidade de reivindicar direitos e desafiar práticas prejudiciais.

Ao basear a aprendizagem na experiência vivida, a educação para o empoderamento jurídico fortalece a liderança comunitária e apoia a mudança sistêmica. Os programas que utilizam essa estratégia enfatizam a aprendizagem entre pares, a consciência crítica, a tradução de conceitos jurídicos para a linguagem cotidiana e a crença de que o conhecimento jurídico pertence ao povo.

Exemplos

A **Homegirlz** ensina aos jovens como funcionam os sistemas de justiça juvenil e penal, traduzindo procedimentos complexos em ferramentas, para que os jovens atendam às suas necessidades. Essa educação constrói confiança e reduz o medo das instituições jurídicas, ao tornar os direitos tangíveis e utilizáveis.

A **JLI** desenvolve recursos de educação jurídica de forma colaborativa com estudantes de Direito, com “jailhouse lawyers” (detentos que prestam assistência jurídica a outros detentos) encarcerados ou ex-encarcerados, e com advogados externos, garantindo que os materiais reflitam as barreiras reais e a experiência vivida. Os módulos combinam a educação sobre direitos com habilidades sociais, emocionais e de construção da paz para garantir que a educação esteja enraizada na prática do Direito na prisão.

A **DLG** ensina o conteúdo do primeiro ano da faculdade de Direito em formatos acessíveis que traduzem a densa doutrina jurídica em ferramentas práticas para a vida cotidiana. Isso permite que os jovens afetados pelo sistema reconheçam as questões jurídicas à medida que elas surgem, e intervenham com confiança.

A **THEMIS** treina Promotoras Legais Populares que retornam às suas comunidades para compartilhar conhecimentos jurídicos e acompanhar mulheres que enfrentam violência. Esses treinamentos transformam informações jurídicas em ferramentas coletivas para a segurança e resistência.

Maria Felipa usa sua metodologia de “Justiça Integral” para traduzir conceitos jurídicos, como tortura e devido processo, em uma linguagem que ressoe com a experiência de vida das mulheres, construindo tanto a alfabetização jurídica quanto a capacidade emocional.

A **CEA Justicia Social** fornece a ex-presidiários e seus familiares orientação jurídica prática e defesa baseada em direitos por meio da Escola Comunitária de Justiça, enfatizando a expertise entre pares.

A **INSADE** treina mulheres para que possam compreender as leis antidiscriminatórias, os direitos políticos e as proteções trabalhistas, para que estas possam enfrentar barreiras relacionadas a antecedentes criminais, incluso tomando ações em tempo real, como a recuperação de documentos de identificação.



CRIANDO COLABORAÇÃO COM ADVOGADOS

Esta estratégia constrói parcerias equitativas entre defensores comunitários e advogados. Em vez de atuarem como “gatekeepers”, ou guardiões do acesso, os advogados tornam-se colaboradores que apoiam a tomada de decisões e a defesa e ativismo liderados pela comunidade. Essas parcerias visam transformar as hierarquias tradicionais, que muitas vezes marginalizam as pessoas diretamente afetadas dentro dos sistemas jurídicos. Ao transferir o poder para as comunidades, essa estratégia ajuda os processos jurídicos a se tornarem processos mais responsivos, responsabilizáveis e baseados na experiência vivida. A colaboração abre novos caminhos para que profissionais do Direito e comunidades afetadas desafiem as desigualdades sistêmicas.

Exemplos

A **RISE** posiciona os advogados como apoiadores, em vez de tomadores de decisão, e, dessa forma, as famílias criam estratégias jurídicas de forma colaborativa por meio de reuniões de defesa participativa.

A **THEMIS** treina profissionais do Direito — incluindo juízes e promotores — para que reconheçam a discriminação institucional e adotem arcabouços feministas e interseccionais.

A **CAMT** capacita as famílias para que possam compreender e orientar os processos jurídicos, permitindo-lhes fazer perguntas informadas e participar como defensores e ativistas confiantes.

A **CEA Justicia Social** fornece aos participantes treinamento sobre seus direitos, focando-se em capacidades técnicas, de defesa e de organização, e assim permitindo que as comunidades tenham uma colaboração mais informada com profissionais do Direito e transferindo o poder para as comunidades afetadas.

A **WWNG-UP** colabora com advogados para promover a legislação e desenvolver a capacidade destes de estabelecer parcerias com líderes comunitários em reformas judiciais equitativas.

Maria Felipa trabalha em estreita colaboração com advogados, psicólogos e instituições jurídicas para traduzir os direitos em prática e reformular a maneira como os advogados lidam com mulheres encarceradas e ex-encarceradas.





TRABALHANDO ALÉM DOS MUROS DA PRISÃO

Trabalhar além dos muros da prisão fortalece a comunicação, a liderança e a colaboração entre defensores/ativistas encarcerados e não encarcerados. Essa estratégia garante que aqueles que estão dentro das prisões moldem agendas, campanhas e ferramentas educacionais que exercem impacto em suas vidas. Ela também ajuda a manter relacionamentos, aprendizagem coletiva e ação coordenada, apesar das barreiras institucionais.

Ao construir pontes entre o interior e o exterior, as organizações criam oportunidades para que as pessoas presas exerçam sua autonomia, compartilhem seus conhecimentos e participem da construção de movimentos para exigir um futuro justo além dos muros da prisão.

Exemplos

A **CCWP** usa correspondência e visitas para garantir que os membros encarcerados liderem campanhas, forneçam informação à defesa jurídica e orientem as prioridades organizacionais. Um exemplo são os boletins informativos Spitfire Speakers Bureau (Escritório de palestrantes Spitfire) e The Fire Inside (O fogo interior), que facilitam os canais de comunicação para que as vozes internas possam moldar as narrativas públicas e a solidariedade internacional. A CCWP também contrata defensores e ativistas internos para liderar seus projetos, incluindo o Prison Resentencing Fellowship (Programa de bolsas para revisão de sentenças).

A **WWNG-UP** apoia e protege os “jailhouse lawyers”, detentos que prestam assistência jurídica a outros detentos, conectando-os a plataformas políticas, jurídicas e comunitárias externas.

A **JLI** constrói redes nacionais que conectam “jailhouse lawyers” (pessoas encarceradas que trabalham na área jurídica) com educadores, advogados e organizadores comunitários externos, criando uma colaboração estruturada entre o interior e o exterior.

Maria Felipa mantém relações jurídicas e emocionais de longo prazo com mulheres dentro das prisões, permitindo que as estratégias reflitam condições em tempo real, como abuso, barreiras à reintegração ou riscos jurídicos.

A **AFAPARO** realiza inspeções formais e monitoramento dos direitos humanos dentro das prisões, documentando abusos e conectando mulheres encarceradas a defensores/ativistas e instituições internacionais.

A **Homegirlz** constrói relações com jovens e pessoas que se encontram dentro de contextos de detenção, garantindo a continuidade dos cuidados e da defesa durante o encarceramento e o processo de reintegração.



ENCONTROS E CONSTRUÇÃO DE MOVIMENTOS

Os encontros reúnem pessoas de diferentes identidades, regiões geográficas e funções para que possam compartilhar estratégias, construir solidariedade e desenvolver demandas coletivas. Essa estratégia fortalece os movimentos ao promover relacionamentos, alinhar objetivos e revelar desafios e soluções em comum. Esses eventos variam de coortes de aprendizagem formais a encontros comunitários e intercâmbios transfronteiras.

A construção de movimentos expande o alcance e o impacto de cada organização, conectando seu trabalho a um ecossistema maior de mudanças. Isso garante que as vitórias locais contribuam para mudanças mais amplas nas leis, práticas e normas sociais.

Exemplos

A **CCWP** constrói solidariedade a nível estadual e internacional por meio de campanhas, boletins informativos, o esforço Drop Life Without Parole (“Drop LWOP”, ou Abolir a prisão perpétua sem liberdade condicional) e a colaboração abolicionista global.

A **WWNG-UP** reúne coalizões de famílias, grupos religiosos, líderes ex-encarcerados e formuladores de políticas para que possam fornecer educação e defesa de direitos de forma coletiva.

A **DLG** organiza coortes de liderança juvenil que promovem a identidade, a confiança jurídica e o engajamento político de longo prazo.

A **CEA Justicia Social** reúne famílias e ex-encarcerados por meio da Escola Comunitária de Justiça para a realização de um aprendizado compartilhado e desenvolvimento de estratégias.

A **CAMT** usa círculos de contação de histórias, encontros comunitários e reuniões de cuidadores para revelar necessidades compartilhadas e criar uma voz unificada.

Maria Felipa organiza encuentros que integran el aprendizaje jurídico con el cuidado, el ocio y la educación política, haciendo que los espacios de movimiento sean accesibles para las mujeres con responsabilidades de cuidado.

A **THEMIS** reúne atores jurídicos e comunitários feministas para construir coalizões interdisciplinares e intersetoriais em torno da justiça de gênero.





ABORDANDO E CURANDO O TRAUMA

Esta estratégia reconhece tanto o trauma pessoal quanto o estrutural causado pela criminalização, encarceramento e violência por parte do Estado. As práticas de cura criam espaço para que as pessoas processem experiências danosas, construam resiliência e retomem sua autonomia. Abordagens que levam em conta o trauma reconhecem os impactos emocionais e psicológicos da injustiça, ao mesmo tempo em que apoiam caminhos para a restauração.

A abordagem do trauma também fortalece os movimentos pois ela dá apoio aos líderes e reduz o esgotamento, além de reestruturar a cura como uma prática política necessária para a resistência a longo prazo e o bem-estar da comunidade.

Exemplos

A **Homegirlz** usa práticas informadas pelo trauma que ajudam mulheres jovens a transformar o luto, a violência e a sobrevivência em poder coletivo e autocompreensão.

Os Círculos Feministas da **JLI** para mulheres encarceradas que atuam como “jailhouse lawyers” integram segurança emocional, cura e vulnerabilidade compartilhada como parte do empoderamento jurídico.

A **RISE** lidera círculos de justiça restaurativa e transformadora que contextualizam o trauma como uma experiência estrutural, e não individual, de opressão.

A **INSADE** incorpora estratégias de redução de danos e autocuidado ao trabalho de reintegração, abordando diretamente a violência, o estigma e o uso de substâncias.





COLOCANDO O CUIDADO NO CENTRO

Ao colocar o cuidado no centro estamos afirmando que o bem-estar não é algo secundário ao trabalho de justiça — o cuidado é uma estratégia política em si mesmo. Ao tratar as pessoas como seres completos, as estratégias baseadas no cuidado cultivam a confiança, fortalecem a participação e sustentam os movimentos ao longo do tempo.

O cuidado pode incluir ajuda mútua, programação flexível e adaptável, cura culturalmente relevante e ações diárias de solidariedade. Ao colocar o cuidado no centro, estamos desafiando os sistemas de criminalização que se apoiam no isolamento, na privação e na punição.

Exemplos

A **Homegirlz** trata o cuidado como fundamental para o trabalho de justiça, oferecendo acompanhamento na reintegração, apoio emocional e orientação informada pelo trauma.

A **JLI** incorpora a justiça que cura e o apoio mútuo em seus Círculos Feministas, tornando o cuidado algo fundamental para apoiar a liderança e a libertação das mulheres.

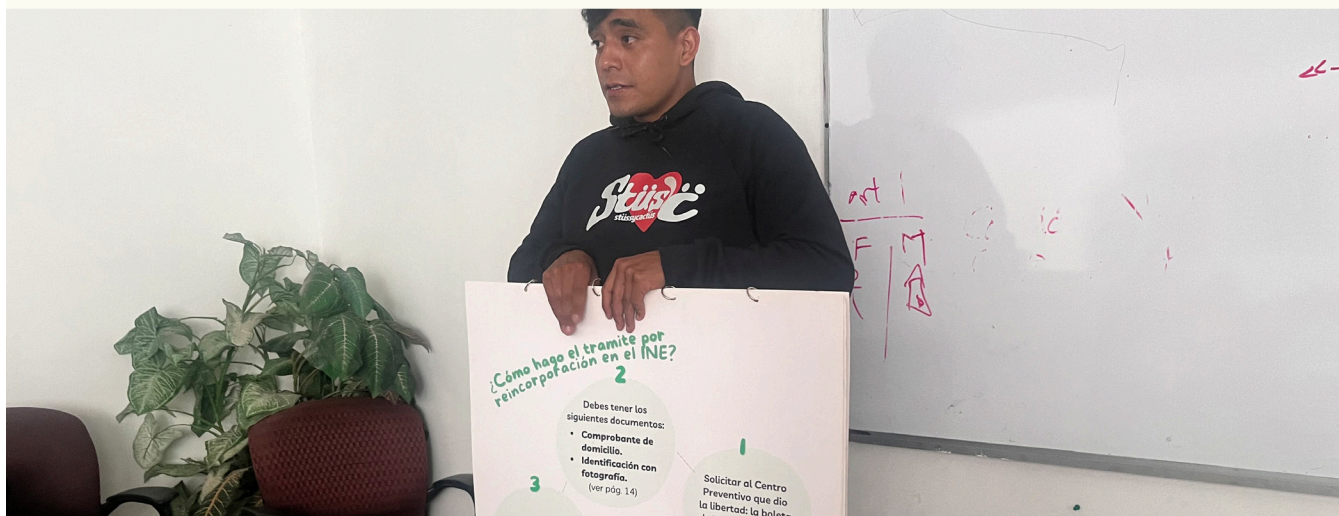
A **CCWP** prioriza a remuneração das pessoas pelo seu trabalho interno, reconhecendo que o trabalho de justiça só é sustentável quando as pessoas são capazes de satisfazer as suas necessidades físicas e econômicas.

A **DLG** incorpora alimentação, transporte e ajuda mútua diretamente em seus programas, reduzindo as barreiras à participação.

Maria Felipa constrói espaços de empoderamento jurídico acolhedores que contam com brincadeiras, refeições comunitárias e estruturas voltadas para o cuidado infantil

A **AFAPARO** apoia as necessidades básicas das mulheres, como moradia, transporte, alimentação e segurança, como parte de seu trabalho de defesa e organização.

O modelo “Made in Freedom” (Feito em liberdade) da **INSADE** inclui redução de danos, autocuidado e apoio comunitário como elementos centrais da reintegração.





DEFESA E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS LEIS

Esta estratégia se concentra na mudança de leis, políticas e práticas institucionais e garante que as vitórias sistêmicas sejam implementadas de forma eficaz nas comunidades. Os esforços de defesa são baseados nas experiências vividas pelas pessoas afetadas, que identificam lacunas na lei e projetam soluções conjuntamente. Isso ajuda a garantir que o trabalho político não permaneça abstrato, mas produza mudanças reais e materiais.

A implementação é fundamental para essa estratégia: as comunidades monitoram a conformidade e observância por parte do Estado, além de avaliar o impacto das novas leis e pressionar por uma responsabilização quando as reformas ficam aquém do esperado. O objetivo não envolve apenas a criação de uma nova legislação, mas mudanças significativas nos resultados da justiça.

Exemplos

A **WWNG-UP** promove grandes reformas em todo o estado — incluindo a restauração dos direitos de voto e a Lei da Dignidade para Mulheres Encarceradas — e monitora a implementação destas.

A **AFAPARO** leva casos de violência sistêmica, tortura e criminalização excessiva aos órgãos da ONU e às autoridades nacionais de direitos humanos para buscar responsabilização pelos danos.

A **INSADE** defende a eliminação dos requisitos referentes a antecedentes criminais para fins de emprego e participação política, garantindo ao mesmo tempo a aplicação efetiva desta.

A **CCWP** usa litigância estratégica, incluindo ações coletivas, para expor abusos sistêmicos e promover mudanças estruturais nas condições prisionais.

Maria Felipa realiza defesa legislativa para promover uma nova emenda que proporcionaria moradia para pessoas libertadas da prisão.

A **THEMIS** promove a reforma jurídica feminista por meio de litigância estratégica nacional e internacional e educação jurídica para atores institucionais.





DEFESA CENTRADA NA FAMÍLIA

A defesa centrada na família reconhece que as famílias — especialmente as mulheres cuidadoras — são líderes essenciais nos esforços pela justiça. Essa estratégia apoia as famílias não apenas como apoiadoras de entes queridos encarcerados, mas como organizadoras centrais que compreendem o impacto do sistema na vida cotidiana. Ela honra o trabalho emocional, financeiro e de cuidados que as famílias realizam e posiciona esse trabalho como algo político.

Por meio dessa abordagem, as famílias constroem conhecimento compartilhado, desenvolvem habilidades de liderança e articulam demandas coletivas que refletem suas experiências. As estratégias baseadas na família fortalecem a resiliência da comunidade e ajudam a sustentar a defesa de direitos a longo prazo.

Exemplos

A **CCWP** desenvolve a liderança entre as famílias de pessoas encarceradas e as apoia por meio da organização, ajuda mútua e educação.

A **RISE** organiza mães, parceiros e filhos em funções de liderança central no trabalho de defesa jurídica e construção de movimentos.

A **AFAPARO** desenvolve redes de famílias que defendem mulheres encarceradas e apoiam a reintegração por meio de emprego, educação e segurança.

A **CAMT** forma redes de cuidadores de longo prazo que fornecem informações sobre demandas e estratégias de defesa.

A **CEA Justicia Social** envolve as famílias como coaprendizes e coorganizadores no empoderamento jurídico por meio da Escola Comunitária de Justiça.



IV. IMPACTOS

Em toda a coorte, o empoderamento jurídico não é um conceito abstrato — é algo que as pessoas praticam diariamente para proteger suas famílias, desafiar a violência e trazer seus entes queridos de volta para casa. As organizações que fazem parte desta rede já entraram no encontro trazendo histórias poderosas de liderança comunitária, trabalho de descarceramento e mudança nos sistemas. O impacto exercido por elas antes do encontro é o que tornou possível um intercâmbio transfronteiriço significativo e continua a moldar o que esta rede tem construído em conjunto.



Nas prisões dos Estados Unidos, a **Jailhouse Lawyer Initiative** ajudou a transformar o isolamento em poder jurídico. Por meio de treinamentos liderados por “jailhouse lawyers”, que são detentos que prestam assistência jurídica a outros detentos, e módulos comunitários de assistência jurídica, a JLI tem distribuído materiais de educação jurídica para mais de 1.200 pessoas encarceradas em todo o país, permitindo que as pessoas dentro das prisões apresentem reclamações, preparem moções jurídicas e defendam a si mesmas e a outras pessoas. Esses profissionais jurídicos internos não aprendem apenas a lei — eles a utilizam para proteger seus colegas de abusos e para percorrer sistemas jurídicos complexos de dentro do confinamento.



Na Califórnia, o Resentencing Fellowship da **CCWP** também posiciona mulheres encarceradas no papel de atores jurídicos. Duas mulheres privadas de liberdade atuam como bolsistas, ajudando outras pessoas a preparar petições de revisão de sentença com base em novas reformas, transformando pessoas que antes estavam excluídas dos tribunais em líderes que orientam outras pessoas na jornada rumo à liberdade.



Para jovens e famílias que enfrentam a criminalização, a educação jurídica mudou o conceito de quem detém o poder de decisão. O treinamento de nível universitário da **Defying Legal Gravity** para jovens afetados pelo sistema produziu resultados mensuráveis: 70% dos participantes demonstram melhor compreensão dos conceitos jurídicos e a metade deles posteriormente aplica esse conhecimento a problemas jurídicos reais que afetam suas vidas. A **Homegirlz** leva isso adiante, trabalhando dentro de instalações juvenis e na comunidade, ajudando mulheres jovens a entender a liberdade condicional, os processos judiciais e seus direitos, ao mesmo tempo em que oferece defesa informada por traumas que desvia os jovens do caminho para a prisão. Juntos, esses modelos substituem o medo e a confusão por clareza e confiança, permitindo que os jovens enfrentem o sistema com conhecimento, em vez de silêncio.



IV. IMPACTOS



No México, o empoderamento jurídico tem sido combinado com a cura e a dignidade. A primeira Escola Comunitária de Justiça da **CEA Justicia Social** reuniu 35 pessoas — 90% das quais relataram ter sobrevivido à tortura — para transformar a experiência vivida em análise jurídica coletiva e defesa de direitos. Em vez de serem vítimas isoladas de abuso, os participantes se tornaram coaprendizes e estrategistas capazes de nomear violações, organizar-se para alcançar a mudança e apoiar-se mutuamente. A **CAMT** trabalha dentro de prisões femininas para garantir que as mulheres encarceradas possam acompanhar e intervir em seus próprios processos criminais, ao mesmo tempo em que promove reformas políticas — incluindo uma nova lei que permite que mães encarceradas saiam da prisão em dias específicos para visitar seus filhos. Essas intervenções mostram como o empoderamento jurídico pode simultaneamente mudar a vida cotidiana dentro da prisão e reformular as leis que a regem.



No Brasil, mulheres e famílias construíram sistemas poderosos de autodefesa contra a violência por parte do Estado. As assembleias da **AFAPARO** localizadas em todo o estado criaram redes de famílias que documentam abusos, participam de mecanismos antitortura e intervêm coletivamente quando ocorrem violações. Isso tornou visível a violência invisível, forçando a responsabilização em locais há muito ignorados pelo Estado. A **THEMIS**, que atua em nível nacional, treinou as Promotoras Legais Populares — mulheres presas e da comunidade que retornam aos seus bairros com conhecimento jurídico, habilidades de acompanhamento e confiança para desafiar a discriminação e a violência. **Maria Felipa** complementa isso fornecendo apoio jurídico e psicossocial feminista que ajuda as mulheres a obter documentos, se reunir com a família e sobreviver à reintegração com dignidade. Essas organizações asseguram que as mulheres não saiam da prisão sozinhas — elas saem com direitos, relacionamentos e voz política.



IV. IMPACTOS



Em Nova Orleans e Nova Jersey, as famílias se tornaram atores jurídicos por direito próprio. O modelo de defesa participativa do **RISE** Collective traz mães, parceiros e filhos para o centro da estratégia jurídica, permitindo que as famílias gerem materiais de mitigação, preparem o apoio judicial e moldem as narrativas de defesa. A **WWNG-UP** mobiliza a observação dos tribunais e o trabalho de defesa de base para responsabilizar os juízes e promover reformas em todo o estado, incluindo a aprovação da Lei da Dignidade para Mulheres Encarceradas e a restauração dos direitos de voto. Na Califórnia, a defesa da **CCWP** levou à aprovação de uma legislação que garante reparações para pessoas encarceradas que foram esterilizadas sem o seu conhecimento ou contra a sua vontade. Esses esforços demonstram como a ação jurídica liderada pela comunidade pode alterar tanto casos individuais quanto todo o cenário de políticas.



Por fim, a reintegração é tratada não como uma reflexão tardia, mas como uma continuação da justiça. O modelo Hecho en Libertad da **INSADE** apoia mulheres que saem da prisão para que estas possam construir negócios de forma protegida de discriminação; 80% das participantes acabam por criar suas próprias empresas e nenhum caso de reincidência foi registrado entre as participantes do programa. Os Círculos Feministas da **JLI**, os espaços de cura da **RISE** e a mentoria voltada para traumas da **Homegirlz** garantem que o empoderamento jurídico não se resume apenas a apresentar moções ou alterar leis — trata-se de restaurar a autonomia, a segurança e o sentimento de pertencimento após a criminalização.

O encontro foi construído sobre este pilar: comunidades que já sabiam como usar a lei, cuidar umas das outras e organizar-se em prol da liberdade. O encontro não criou esse poder — ele trouxe-o para o âmbito das relações além-fronteiras, fortalecendo um trabalho que já vinha transformando vidas.

V. O PODER DO INTERCÂMBIO TRANSFRONTEIRIÇO

O encontro deixou claro que o trabalho pela justiça é moldado tanto pela forma como nos unimos quanto pelo que fazemos, e que melhores práticas têm surgido tanto para a construção de estratégias quanto para a construção dos relacionamentos e valores que as sustentam. Para alguns participantes, esta foi a primeira vez que saíram de seus países natais. Para outros, foi a primeira vez que estiveram em uma sala cheia de pessoas que compreendiam suas experiências — porque elas mesmas haviam vivido versões das mesmas lutas. Apesar dos diferentes idiomas e sistemas jurídicos, os participantes reconheceram imediatamente experiências compartilhadas de injustiça, estigma e exclusão. Esse reconhecimento criou uma base poderosa para a confiança, o aprendizado e o propósito coletivo.

Idioma compartilhado, esforço compartilhado

O encontro foi realizado com interpretação em inglês, espanhol e português, tornando o acesso ao idioma uma parte central da experiência. O processo de pausar, esperar e repetir tornou-se parte de como os participantes aprenderam a ouvir uns aos outros. As pessoas baixaram o Tradutor do Google para conversas informais e continuaram encontrando maneiras de garantir que ninguém ficasse de fora. Além disso, as experiências compartilhadas foram combinadas com arte, poesia, música e dança — caminhos para a conexão além do idioma. Esses pequenos atos de cuidado e atenção construíram confiança desde o início e reforçaram a sensação de que todos pertenciam àquele espaço.

Estratégia coletiva além das fronteiras

As sessões foram organizadas em torno de oito estratégias-chave para o empoderamento jurídico, e foram coprojetadas e cofacilitadas pelos participantes da rede. Juntos, eles exploraram como o empoderamento jurídico de base, a prática informada por traumas e a solidariedade transnacional podem enfrentar os sistemas de opressão que operam além das fronteiras. Os participantes compartilharam abordagens que poderiam ser adaptadas dentro de seus próprios contextos, incluindo defesa participativa, escolas de educação jurídica administradas pela comunidade, aprendizagem em prisões e litigância e defesa legislativa para promover a descarcerização — especialmente para mulheres. Eles também enfatizaram a necessidade urgente de apoiar crianças, cuidadores e familiares de mulheres encarceradas por meio de redes comunitárias baseadas no cuidado.

Esse intercâmbio gerou uma colaboração transfronteiriça concreta. A CEA Justicia Social está agora realizando sua segunda Escola Comunitária em um ambiente universitário, inspirada pela colaboração entre a JLI e o Instituto Bernstein para os Direitos Humanos. Os membros da Escola da CEA Justicia estão planejando visitar Nova York para aprender mais sobre o modelo da JLI/Instituto Bernstein, à medida que começam a envolver universidades em seus esforços



de empoderamento jurídico. Depois que a CCWP tomou conhecimento da abordagem holística da CAMT e da CEA Justicia para apoiar mulheres encarceradas, a CCWP entrou em contato para ver se eles poderiam apoiar os membros da CCWP que haviam sido deportados para o México. Isso resultou em uma rede transfronteiriça de apoio, assistência e empoderamento jurídico.

Aprofundando a análise e o empoderamento jurídico

Os participantes descreveram o encontro como um espaço intencional e profundamente impactante para aprimorar sua compreensão e o uso da lei como ferramenta para o poder comunitário. Visto que o encarceramento em massa, a violência racializada e o controle punitivo do Estado operam além das fronteiras, os participantes enfatizaram que a colaboração internacional de base não é apenas necessária, mas também uma forma de ver mais claramente como a lei funciona tanto como um sistema de danos quanto como um local de possibilidades. O aprendizado em diferentes contextos permitiu aos participantes identificar padrões comuns de criminalização, ao mesmo tempo em que adquiriram novas ferramentas analíticas para entender como os sistemas jurídicos podem ser navegados, contestados e transformados pelas pessoas diretamente afetadas.

Como compartilhou um participante:

“Essa reunião de pessoas/organizações e as conversas que surgiram pareceram muito intencionais. O evento superou minhas expectativas e foi profundamente impactante. Os sistemas contra os quais estamos lutando sempre cruzaram e controlaram fronteiras; na minha opinião, o trabalho de base internacional é uma das áreas mais urgentes para nós neste momento. O aprendizado que atravessa diferentes contextos ilumina as convergências e as lutas em comum, mas também nos dá mais perspectiva para compreender nossas distintas realidades geopolíticas.”

Outro participante refletiu:

“Fiz o equivalente a 30 páginas de anotações sobre as lições que aprendi com esse intercâmbio. Sou essencialmente um crítico da lei como ferramenta do colonialismo, do capitalismo racial e do complexo industrial prisional. Porém o encontro me permitiu ver através de muitos ângulos e lentes, para alcançar uma compreensão matizada de como as pessoas estão usando a lei como arma para fins libertadores.”

Os participantes saíram com arcabouços analíticos aprimorados e um compromisso renovado para com o empoderamento jurídico baseado na liderança coletiva. Ouvir como organizações semelhantes usam a educação jurídica, a defesa participativa, a litigância estratégica e a organização comunitária permitiu aos participantes articular mais claramente suas próprias teorias de mudança — conectando o trabalho jurídico cotidiano a lutas mais amplas pela libertação. Essa análise aprofundada reforçou a ideia de que o empoderamento jurídico não se trata apenas de conhecimento técnico, mas de construir alianças entre pessoas e famílias afetadas e advogados para mudar a dinâmica de poder dentro e fora dos sistemas jurídicos.

Como observou um participante

“Tivemos a oportunidade de desenvolver uma perspectiva analítica sobre o nosso próprio trabalho ao ouvir o trabalho de outras organizações e aprender sobre as histórias únicas de cada pessoa que participou do evento. Estou refletindo sobre o quão importante é essa aliança entre pessoas privadas de liberdade, suas famílias e advogados, e sobre a ideia de que o trabalho que realmente leva à mudança sistêmica seja aquele desenvolvido em conjunto.”

Trauma, conexão e cuidado coletivo

Ao longo das sessões, os participantes destacaram a importância da prática informada por traumas e expressaram interesse em adaptar modelos de pares para as suas próprias comunidades. Muitos falaram sobre traduzir programas de treinamento para novos contextos locais, codesenvolver currículos jurídicos transnacionais e testar estratégias de defesa participativa a nível local. O encontro ampliou e aprofundou a compreensão do que seja o empoderamento jurídico — não apenas como trabalho jurídico técnico, mas como cultivo da confiança, da liderança coletiva e de valores não competitivos que sustentam movimentos ao longo do tempo.

Uma rede transnacional em crescimento

Apesar dos diferentes sistemas judiciais, os participantes viram claramente que suas lutas estão interligadas. Eles discutiram como o encarceramento em massa — moldado por gênero, raça, orientação sexual, etnia e classe — produz danos notavelmente semelhantes além das fronteiras. Muitos enfatizaram a importância de enfrentar essas condições compartilhadas de forma coletiva.



V. O PODER DO INTERCÂMBIO TRANSFRONTEIRIÇO

Acima de tudo, os participantes expressaram um forte desejo de permanecer conectados e construir uma rede transnacional duradoura. Eles imaginaram reuniões periódicas, plataformas compartilhadas para a comunicação e recursos, bolsas de estudo e treinamentos transfronteiriços, grupos de trabalho temáticos e troca contínua de ferramentas e currículos. Essas conexões, segundo eles, ajudam a reduzir o isolamento e a fortalecer a determinação coletiva.

Como disse um parceiro:

“Apesar de os sistemas judiciais serem diferentes em países diferentes, ainda assim podemos observar um impacto negativo semelhante da burocratização, do preconceito generalizado e da falta de empatia pela realidade das pessoas comuns. Sinto isso porque todos nós estamos lutando contra sistemas que prejudicam as pessoas afetadas e, como pessoas que também são afetadas, estamos todos conectados.”

A reunião reforçou a ideia de que o intercâmbio transfronteiriço não é apenas um espaço de aprendizagem, mas um impulsionador da ação coletiva. Conforme refletiu um dos participantes:

“Não estamos sozinhos, e a união faz a força. Juntos podemos levar nosso trabalho adiante.”



VI. OLHANDO PARA O FUTURO — APLICANDO O EMPODERAMENTO JURÍDICO EM NOVOS ESPAÇOS

O projeto Empoderamento Jurídico Além das Fronteiras demonstra que o empoderamento jurídico não consiste em um único programa, mas em um conjunto flexível de práticas que as organizações podem integrar ao seu trabalho para fortalecer o poder da comunidade, melhorar os resultados jurídicos e apoiar aquelas pessoas que são mais afetadas pelo encarceramento. Em diversos sistemas jurídicos e contextos políticos, uma lição ficou clara: quando as estratégias jurídicas são baseadas em experiências vividas, educação sobre direitos e práticas informadas por traumas, elas se tornam muito mais eficazes. Organizações que trabalham em prisões, na reintegração, na prevenção da violência, na defesa da juventude ou no apoio à família podem expandir significativamente seu impacto incorporando essas abordagens em seus modelos existentes.

As estratégias documentadas neste kit de ferramentas são testadas em campo por organizações lideradas por mulheres e comunidades diretamente impactadas. Elas incluem defesa participativa, educação jurídica baseada na comunidade, colaboração interna e externa, defesa centrada na família e modelos de reintegração que combinam apoio jurídico, econômico e apoio voltado para a cura. Essas abordagens já melhoraram os resultados de diferentes processos judiciais, reduziram a reincidência, fortaleceram a estabilidade familiar e ampliaram o acesso à justiça para pessoas que muitas vezes são excluídas dos sistemas jurídicos. As organizações que consideram adotar práticas de empoderamento jurídico não precisam começar do zero — elas podem se basear nos métodos, currículos e modelos organizacionais desenvolvidos pela rede como um todo e adaptá-los aos seus próprios contextos.

Os participantes também enfatizaram a ideia de que o empoderamento jurídico se fortalece quando as organizações não trabalham isoladamente. Eles imaginaram um ecossistema contínuo de aprendizagem compartilhada que inclui reuniões periódicas entre organizações, salas de aula virtuais, bibliotecas de documentos, intercâmbios entre pares e grupos de trabalho temáticos. Essas estruturas permitem que as organizações testem novas abordagens, compartilhem lições aprendidas e evitem a duplicação de esforços. Para as organizações em que o empoderamento jurídico é algo novo, esse modelo em rede oferece orientação técnica e uma comunidade de prática que podem apoiar a implementação e o crescimento.

Para as organizações que buscam aprofundar o seu impacto junto a mulheres que estão nas prisões, famílias e membros da comunidade que estão retornando para estas, o caminho a seguir é claro: adotar e adaptar as estratégias que já se mostraram eficazes, investir na liderança das pessoas diretamente afetadas e construir relacionamentos além das fronteiras e setores. Ao se juntarem a essa crescente comunidade de prática, as organizações podem não apenas fortalecer seus próprios programas, mas também contribuir para um movimento coletivo que está redefinindo a forma como a justiça, o cuidado e a liberdade são construídos a partir das bases.

APÊNDICE - ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS



Associação de Familiares e Amigos de Presos de Rondônia (AFAPARO) **Brasil**

A Associação de Familiares e Amigos de Presos de Rondônia (AFAPARO) é uma organização de base fundada em 2019 por mulheres com entes queridos encarcerados em Porto Velho, Brasil. Atualmente, a associação é liderada por Cristina Silva dos Santos, uma mãe indígena cujo filho foi preso. Sua missão é unir famílias — que são desproporcionalmente compostas por mulheres — para enfrentar a violência racista e classista do sistema de justiça criminal em Rondônia, Brasil, e criar um espaço onde familiares e sobreviventes do encarceramento possam se organizar coletivamente. Os valores da AFAPARO centram-se na dignidade, no antirracismo, na autodefesa comunitária e na crença de que as famílias são entidades detentoras de direitos, cujo conhecimento e experiência devem liderar a mudança.

Na prática, a AFAPARO realiza reuniões temáticas periódicas em todo o estado de Rondônia para educar as famílias sobre seus direitos, ajudá-las a compreender as obrigações do Estado e elaborar coletivamente estratégias de resposta aos abusos. Os membros participam de órgãos de monitoramento de prisões, documentam torturas e outras violações e enviam relatórios a instituições de direitos humanos. A organização também apoia as mulheres que estão saindo das prisões, para que tenham acesso a emprego, oportunidades econômicas, apoio psicológico e para que se reconectem com seus familiares após a libertação. Por meio desses esforços, a AFAPARO constrói o poder e a capacidade política das famílias para que possam enfrentar a violência do Estado e lutar por condições mais humanas e pela descarcerização.



California Coalition for Women Prisoners – CCWP (Coalizão da **Califórnia para Mulheres Presas)** **Estados Unidos da América**

A California Coalition for Women Prisoners (CCWP) é uma organização abolicionista de base que foi fundada em 1995 após mulheres encarceradas exporem graves abusos médicos nas prisões da Califórnia. A missão da coalizão é desafiar a violência institucional contra mulheres, pessoas transgênero e pessoas que não se enquadram nos padrões de gênero; e seus valores se concentram na justiça racial, na justiça de gênero e na liderança de pessoas que se encontram dentro das prisões. A CCWP imagina um mundo onde o bem-estar da comunidade, a educação e as oportunidades substituam a punição e o confinamento.

O trabalho principal da CCWP é um programa de correspondência e visitas a prisões que já dura décadas, e que reúne relatos em primeira mão de pessoas encarceradas, apoia indivíduos na denúncia de abusos e orienta as campanhas da organização. A CCWP organiza-se contra a negligência médica, o abuso sexual por parte de funcionários das prisões e as penas extremas, e publica o *The Fire Inside*, um boletim informativo escrito com a colaboração de prisioneiros. O seu programa *Resentencing Fellowship* treina mulheres presas que cumprem penas longas ou perpétuas para que apoiem outras mulheres na preparação de petições ao abrigo das recentes reformas penais. Através de uma abordagem de empoderamento jurídico que combina organização, litigância, defesa de políticas e desenvolvimento de liderança, a CCWP trabalha em prol da descarcerização e da justiça liderada pela comunidade.



Centro de Atención a la Mujer Trabajadora de Chihuahua - CAMT
(Centro de Atenção à Mulher Trabalhadora de Chihuahua)
México

O Centro de Atención a la Mujer Trabajadora de Chihuahua (CAMT) é uma organização feminista fundada em 1991 que defende os direitos humanos das mulheres em Chihuahua. Nos últimos doze anos, o CAMT tem se concentrado nas mulheres privadas de liberdade e suas famílias, trabalhando a partir de uma perspectiva interseccional e culturalmente enraizada. Sua missão é promover os direitos das mulheres por meio de defesa e ativismo, educação jurídica, acompanhamento e divulgação pública, com a visão de um México no qual as mulheres exerçam seus direitos com igualdade e justiça.

O CAMT implementa o empoderamento jurídico por meio de workshops, educação sobre direitos e acompanhamento para mulheres presas em Chihuahua, México, apoiando-as na compreensão e na afirmação de seus direitos dentro do processo criminal. A organização oferece programas psicossociais, incluindo acampamentos para filhos de mulheres encarceradas, e colabora com defensores públicos para melhorar o acesso a ferramentas jurídicas. O CAMT fortalece o conhecimento sobre direitos humanos, desenvolve a capacidade organizacional e de liderança das mulheres encarceradas e defende reformas legislativas e de políticas públicas que reduzam a discriminação e melhorem as condições de confinamento.



CEA Justicia Social
México

A CEA Justicia Social é uma organização mexicana dedicada à defesa dos direitos humanos, à ampliação do acesso à justiça social e à redução da violência por meio de abordagens feministas, não punitivas e antiproibicionistas. Sua missão é apoiar pessoas e comunidades prejudicadas pelo sistema de justiça criminal, promovendo o empoderamento jurídico participativo, transinclusivo e baseado na comunidade. A organização tem como visão uma sociedade onde as comunidades afetadas pela violência do Estado possam exercer seus direitos de forma significativa e viver em ambientes inclusivos e pacíficos.

A CEA Justicia Social atua por meio de pesquisa, defesa e ativismo, acompanhamento jurídico estratégico e educação comunitária. Sua Escola de Justiça Comunitária, criada em parceria com pessoas que saíram recentemente da prisão, treina pessoas diretamente afetadas no uso de ferramentas jurídicas, educação política e estratégias de autodefesa. A organização também constrói alianças com a sociedade civil, o meio acadêmico e instituições governamentais para desafiar práticas discriminatórias e promover o acesso à justiça. Por meio do fortalecimento das capacidades técnicas, políticas e organizacionais, a CEA Justicia Social ajuda as pessoas a defender seus processos judiciais, engajar-se na defesa legislativa e participar do desenvolvimento de políticas baseadas em experiências vividas.



Defying Legal Gravity – DLG (Desafiando a Gravidade Legal)
Estados Unidos da América

A Defying Legal Gravity (DLG) é uma organização sem fins lucrativos, com sede em Nova York, que está comprometida com a democratização do acesso ao conhecimento jurídico. Sua missão é oferecer educação jurídica transformadora, baseada no currículo do primeiro ano da faculdade de Direito, aos jovens e comunidades mais afetados pelo sistema jurídico. A organização acredita que o conhecimento jurídico não deve ser reservado aos profissionais do Direito, mas deve ser amplamente acessível, como uma ferramenta para a equidade, a autodefesa e a mudança sistêmica.

A DLG oferece workshops intensivos de educação jurídica de 50 horas para jovens mulheres ex-presidiárias, ministrando aulas sobre contratos, direito constitucional, direito penal e outros assuntos fundamentais através de uma lente crítica racial. As sessões são realizadas na Faculdade de Direito de Fordham e incluem refeições, transporte, materiais e orientação. A organização também colabora com parceiros comunitários para recrutar participantes e convoca conferências intergeracionais onde os jovens ensinam aos membros da comunidade o que aprenderam. Seu objetivo é que os participantes saiam com as ferramentas para entender e usar a lei e para desenvolver a capacidade de se organizar dentro de suas próprias comunidades.



Homegirlz
Estados Unidos da América

A Homegirlz del Corazón está ajudando, por meio de uma lente de apoio informada por traumas, a liderar esforços de construção comunitária destinados a recriar sistemas que sejam equitativos e inclusivos. Eles oferecem oportunidades para mulheres e jovens que vêm de comunidades de cor e que foram afetados pela pobreza, violência, dependência química, envolvimento com gangues e encarceramento, para que estes possam se curar e se empoderar.

Por meio de grupos de reabilitação em centros de detenção juvenil, mentoria individual e apoio comunitário à reintegração, a Homegirlz ajuda os jovens a processar traumas, cumprir a liberdade condicional, permanecer na escola e evitar novas prisões. A organização oferece uma programação de artes criativas, workshops de desenvolvimento de liderança e apoio estruturado à reintegração. A Homegirlz também se envolve num trabalho de defesa em tribunais, atuando como mensageiros confiáveis que contextualizam o comportamento dos jovens e defendem alternativas à prisão. Sua abordagem holística promove a cura, reduz a reincidência e fortalece a capacidade dos jovens de navegar pelos sistemas judiciais e sociais.



Interculturalidad, Salud y Derechos, Asociación Civil – INSADE
(Interculturalidade, Saúde e Direitos, Associação Civil)
México

A Interculturalidad, Salud y Derechos, Asociación Civil (INSADE) é uma organização mexicana dedicada a construir caminhos para a reintegração social e a autonomia econômica de pessoas afetadas pela criminalização. Sua missão se baseia na crença de que a reintegração é um processo coletivo que requer a remoção de barreiras estruturais, tais como a discriminação, o estigma e a falta de oportunidades. Os valores da INSADE enfatizam a inclusão, a dignidade, a solidariedade e a liderança de pessoas que estão saindo da prisão.

O modelo emblemático da INSADE, Made in Freedom, apoia mulheres e outras pessoas recém-saídas da prisão por meio de um programa estruturado desenvolvido em colaboração com as comunidades diretamente afetadas. O modelo inclui etapas voltadas para habilidades de vida, empoderamento, reconhecimento e resistência à discriminação e desenvolvimento de independência econômica. Os participantes recebem ferramentas jurídicas e psicossociais, treinamento empresarial e acompanhamento contínuo à medida que reconstróem suas vidas. A INSADE também apoia a criação de redes de apoio entre pares, incluindo coletivos econômicos e estruturas de mentoria, permitindo que ex-presidiários apoiem a reintegração uns dos outros.



Jailhouse Lawyer Initiative – JLI (Iniciativa dos Advogados Prisionais)
Estados Unidos da América

A Jailhouse Lawyer Initiative, fundada pela “jailhouse lawyer” e ex-presidiária Jhody Polk, é um projeto nacional do Legal Empowerment & Advocacy Hub (LEAH, Centro de Empoderamento Jurídico e Advocacia) e atualmente sediado no Instituto Bernstein para os Direitos Humanos da Faculdade de Direito da NYU. Sua missão é apoiar os “jailhouse lawyers” — pessoas encarceradas que trabalham em bibliotecas de Direito nas prisões, para que possam ajudar a si mesmas e a outras pessoas em processos jurídicos — como assistentes jurídicos comunitários cujas habilidades e liderança impulsionam movimentos de justiça tanto dentro quanto fora da prisão. A JLI vê os “jailhouse lawyers” como defensores dos direitos humanos e tem como objetivo aumentar seu acesso à educação, recursos, comunidade e visibilidade.

A JLI constrói redes que conectam profissionais jurídicos encarcerados, estudantes de Direito, advogados e instituições de educação. Seus programas incluem cursos de empoderamento jurídico ministrados em conjunto com pessoas encarceradas, o Congresso Internacional de Paralegais Encarcerados e o Flashlights, um arquivo digital que homenageia as contribuições dos “jailhouse lawyers”. A JLI também organiza Círculos Feministas dentro e fora das prisões, criando espaços de cura onde “jailhouse lawyers” feministas, trans e não binários aprendem, ensinam e constroem uma comunidade baseada em práticas informadas por traumas. Por meio desses esforços, a JLI fortalece a capacidade jurídica, apoia o trabalho de defesa pela libertação e promove uma visão de abolição impulsionada pela comunidade.



Assessoria Popular Maria Felipa (Maria Felipa) Brasil

A Assessoria Popular Maria Felipa (Maria Felipa) é um coletivo jurídico feminista de base com sede em Belo Horizonte, Brasil, dedicado a expandir as liberdades das mulheres — especialmente mulheres negras — e pessoas LGBTQIA+. Fundado inicialmente para lidar com a falta de defesa jurídica para mulheres encarceradas, o coletivo cresceu e se tornou um projeto mais amplo de prática jurídica feminista, empoderamento comunitário e resistência coletiva à violência de gênero e violência racializada praticadas pelo Estado. Sua missão inclui desafiar estruturas discriminatórias presentes no sistema jurídico penal e redefinir a prática do Direito como uma ferramenta política e enraizada na comunidade.

Maria Felipa oferece defesa criminal, aconselhamento jurídico e apoio à documentação para mulheres encarceradas e egressas do sistema prisional, bem como assistência na obtenção de emprego e proteção contra a violência. Seu projeto Esperanza García envolve mulheres privadas de liberdade na compreensão de seus direitos, na nomeação de suas experiências de abuso e no fortalecimento emocional e político para que possam se defender e reivindicar seus direitos. O coletivo também oferece apoio jurídico a grupos de base como a AFAPARO, possibilitando o trabalho de monitoramento de prisões e defesa e ativismo liderados pela comunidade. Por meio desses esforços interligados, Maria Felipa fortalece o empoderamento jurídico feminista e a resistência baseada na comunidade.



Resistance, Involvement, Solidarity and Empowerment Collective - RISE (Coletivo Resistência, Envolvimento, Solidariedade e Empoderamento) Estados Unidos da América

O Resistance, Involvement, Solidarity, and Empowerment Collective (RISE) é uma organização negra, liderada por mulheres e afetada pela injustiça em Nova Orleans, que trabalha para construir uma comunidade empoderada de famílias afetadas pelo encarceramento. Sua missão está enraizada na resistência, no envolvimento, na solidariedade e no empoderamento, e sua liderança reflete as comunidades que serve: mulheres negras, pessoas egressas do sistema prisional e indivíduos que têm laços de família diretos com o encarceramento. A RISE tem como visão comunidades onde as pessoas prejudicadas pelo sistema possam liderar movimentos pela justiça baseados na cura e no poder coletivo.

O RISE usa círculos de justiça restaurativa e transformadora para criar espaços de cura, compartilhamento de histórias e apoio mútuo entre as famílias afetadas. A organização pratica a defesa participativa, equipando as famílias para que se envolvam ativamente nos processos judiciais de seus entes queridos, moldem estratégias de defesa e defendam coletivamente a liberdade. Ela também oferece programas de resposta a traumas para mulheres egressas, bem como educação política sobre direitos jurídicos e ajuda mútua para as necessidades de reintegração. Por meio da organização, do desenvolvimento de lideranças e da defesa centrada na família, a RISE transforma pessoas isoladas que navegam pelo sistema em uma força coletiva pela descarcerização.



THEMIS – Gender, Justice and Human Rights (Gênero, Justiça e Direitos Humanos)
Brasil

A THEMIS – Gender, Justice and Human Rights é uma das organizações jurídicas feministas mais antigas do Brasil, a qual foi fundada em 1993 para enfrentar a discriminação contra as mulheres no sistema de justiça. Sua missão é garantir que as mulheres possam se tornar protagonistas de seus próprios direitos e viver livres da violência. A Themis se baseia na teoria jurídica feminista interseccional e considera a democratização do conhecimento jurídico essencial para transformar as instituições que perpetuam a desigualdade de gênero.

A THEMIS implementa sua missão por meio de três pilares: capacitar mulheres da comunidade como Promotoras Legais Populares, envolver profissionais do Direito para combater práticas discriminatórias nos tribunais e instituições estatais, e conduzir litígios estratégicos e trabalho de assessoria jurídica em apoio aos movimentos feministas. As Promotoras Legais Populares educam outras mulheres sobre violência doméstica, racial e sexual e as orientam na navegação pelos sistemas judiciais. Por meio de programas de assistência comunitária, oficinas jurídicas feministas e colaborações com grupos de base, a Themis ajuda as mulheres a desafiar as violações de direitos, e reformula os processos jurídicos para que reflitam as experiências e a liderança das mulheres.



Women Who Never Give Up - WWNG Up (Mulheres que Nunca Desistem)
Estados Unidos da América

A Women Who Never Give Up (WWNG Up) é uma organização de Nova Jersey dedicada a combater o encarceramento em massa e apoiar pessoas encarceradas e suas famílias. Liderada pela ativista de longa data Gale Muhammad, a organização se concentra em reduzir penas de prisão, melhorar as condições prisionais e desafiar as disparidades raciais no sistema judiciário do estado. Sua missão se concentra na liderança de pessoas diretamente afetadas — especialmente as mulheres, pessoas LGBTQ, imigrantes, idosos e pessoas com deficiência.

A WWNG Up organiza fóruns educacionais, reuniões comunitárias e campanhas de defesa de políticas. A organização desempenhou papéis fundamentais na aprovação de reformas como a Lei da Dignidade para Mulheres Encarceradas de Nova Jersey, restaurando os direitos de voto para pessoas com condenações por crimes graves e que estejam em liberdade condicional e liberdade supervisionada, e promovendo esforços para acabar com o confinamento solitário. Ela também auxilia mulheres encarceradas que se representam no tribunal, fortalecendo as conexões com “jailhouse lawyers”, melhorando o acesso a recursos jurídicos dentro das prisões e fornecendo materiais jurídicos. Por meio da observação em tribunais, defesa participativa e eventos de educação sobre direitos, a organização mobiliza famílias e comunidades para que atuem como catalisadores para mudanças sistêmicas.



legalempowermentfund.org



Robert and Helen Bernstein
Institute for Human Rights
NYU SCHOOL OF LAW

law.nyu.edu/centers/bernstein-institute